

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.360 - PA (2019/0358578-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : ENIVALDO EMILIANO CARDOSO (PRESO)  
**ADVOGADO** : LEONARDO BRAGA DUARTE - PA028326  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ENIVALDO EMILIANO CARDOSO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no julgamento do HC n. 0807093-53.2019.8.14.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente, juntamente com mais dois corréus, foi condenado à pena de 85 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão pela prática dos delitos tipificados no art.157, § 3º, última parte, art. 61, inciso II, alínea c, art. 69, *caput*, todos do CP e art. 157, § 3º, segunda parte, art. 14, inciso II, art. 61, inciso II, alínea c, art. 69, *caput*, todos também do CP. A prisão preventiva do ora paciente foi mantida na sentença condenatória.

Alegando excesso de prazo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. LATROCÍNIO CONSUMADO, TENTADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA, CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS, CABIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, DIREITO A PRISÃO DOMICILIAR POR ESTAR ACOMETIDO COM DOENÇA GRAVE. ALEGAÇÕES QUE CONFIGURAM REITERAÇÃO DE PEDIDO. PLEITOS NÃO CONHECIDOS. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA (PROFERIDA EM 30.08.2018). PACIENTE CONDENADO PELA PRÁTICA DOS DELITOS TIPIFICADOS NO ART.157, § 3º, ÚLTIMA PARTE, ART. 61, INCISO II, ALÍNEA C, ART. 69, CAPUT, TODOS DO CP E ART. 157, § 3º, SEGUNDA PARTE, ART. 14, INCISO II, ART. 61, INCISO II, ALÍNEA C, ART. 69, CAPUT, TODOS TAMBÉM DO CP, A PENA DE 85 (OITENTA E CINCO) ANOS, 03 (TRÊS) MESES E 03 (TRÊS) DIAS DE RECLUSÃO E 398 (TREZENTOS E NOVENTA E OITO) DIAS MULTA. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA DA PARTE DA SENTENÇA QUE LHE NEGOU O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. IMPROCEDÊNCIA. DECISUM DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO NA NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM*

*PÚBLICA E A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, BEM COMO NA GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS E PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI RÉU QUE PERMANECEU CUSTODIADO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRECEDENTES. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

*1. Constata-se que este é o terceiro writ impetrado em favor do coacto visando a sua soltura. As alegações que tratam da ausência dos requisitos da prisão preventiva. condições pessoais favoráveis, cabimento de medidas cautelares diversas da prisão, direito à prisão domiciliar por estar acometido com doença grave são mera repetição argumentativa de Habeas Corpus Liberatórios anteriormente impetrados em favor do ora paciente (HC n° 0004114-55.2017.8.14.0000 e n° 0801135-23.2018.8.14.0000), cujas Ordens foram denegadas por esta Seção de Direito Penal, em 08/05/2017 e 26/03/2018, respectivamente (Acórdão ID n° 505429). Não conhecimento;*

*2. Sentença penal condenatória prolatada em 30/08/2018, condenando o paciente à pena de 85 (oitenta e cinco) anos e 03 (três) meses e 03 (três) dias de reclusão e 398 (trezentos e noventa e oito) dias multa, pela prática dos crimes tipificados no art.157, § 3º, última parte, art. 61, inciso II, alínea c, art. 69, caput, todos do CPB e art. 157, § 3º, segunda parte, art.*

*14, inciso II, art. 61, inciso II, alínea c, art. 69, caput, todos também do CPB, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade;*

*3. In casu, o magistrado fundamentou satisfatoriamente o decreto preventivo e ratificou a necessidade da manutenção da custódia, ao prolatar a sentença e negar ao réu o direito de apelar em liberdade, especialmente na necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal. Observa-se que a referida decisão se encontra fundamentada de forma idônea na garantia da ordem pública, vez que a mesma foi colocada em risco diante da periculosidade social do paciente, bem como pela gravidade da conduta, evidenciadas pelo modus operano'iutilizado.*

*4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça apresenta orientação "de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a perseguição criminal, se persistentes os motivos para a manutenção da medida extrema" (HC n. 456.472/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).*

*5. Ordem parcialmente conhecida e, nesta parte, denegada. Decisão unânime (fls. 193/194).*

No presente recurso, a defesa aponta constrangimento ilegal consubstanciado na manutenção do recorrente no cárcere carece. Diz que a decisão carece de fundamentação

# Superior Tribunal de Justiça

idônea, uma vez que pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Subsidiariamente, diz ser cabível a prisão domiciliar para o recorrente, porquanto o paciente realiza tratamento periódico para tratar úlcera gástrica.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pleiteia pela concessão da prisão domiciliar em favor do recorrente.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator